

Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres.

Regina Bruno¹

Resumo

Neste artigo, busco refletir sobre o entrelaçamento de afetos e consciência das desigualdades de gênero das assentadas integrantes de grupos produtivos de mulheres por nós entrevistadas. Parto do suposto de que a vivência de lutas pela terra e por direitos dessas mulheres e de seus maridos; a importância da família como unidade de produção e esteio nas dificuldades e ainda o fato de os dois se conhecerem e se reconhecerem como pessoas cujas vidas são marcadas pela luta pela sobrevivência terminam por conformar uma postura orientada pelo convencimento e pela negociação diante das pressões e proibições de seus maridos e na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. As tensões e os conflitos de gênero raramente são exacerbados.

Palavras-chave: gênero, assentamentos rurais, igualdade de direitos.

¹ Regina Angela Landim Bruno. Socióloga. Doutora pela Unicamp. Professora CPDA/UFRRJ, regina_bruno@yahoo.com.br.

Abstract

In this article, I aim to reflect about the entanglement between endearment and conscience of gender inequalities of the settlers from the women productive groups interviewed by us. I start from the supposition that the living of land and rights struggle by this women and their husbands; the importance of the family as a production unity and buttress of difficulties and the fact that both know and recognize themselves as people whose life are marked by the surviving struggle lead to form a specific posture, oriented by the conceit and the negotiation regarding the pressures and prohibitions of their husbands and the fight for equality of rights between men and women. Gender tensions and conflicts are rarely intensified.

Key words: gender, rural settlements, equal rights.

Durante a pesquisa sobre “O perfil dos grupos produtivos de mulheres localizados nos Territórios da Cidadania em áreas de reforma agrária”, chamou-nos a atenção, na narrativa das entrevistadas, uma aguda consciência da desigualdade existente entre homens e mulheres. Essa narrativa convive com a força de uma representação sobre seus maridos como companheiros que “juntos” partilham a luta, o trabalho e a vida. Se, de um lado, elas têm clareza da dimensão das “questões de gênero”, como costumam nominar, e a grande maioria consegue identificar as inúmeras situações de opressão que vivenciam, de outro, suas posturas diante das pressões, interdições e proibições dos maridos são de convencimento e de negociação. As assentadas estão sempre buscando um acordo, uma mediação e uma saída para os impasses.

Como veremos, a maioria das mulheres discorre sobre a história de autoritarismo de seus pais, que as impediam de estudar, pelo fato de serem mulheres; relata o cerceamento e as proibições de seus maridos, que as “querem dentro de casa”, e descreve a sobrecarga de seu dia a dia – são as únicas responsáveis pelo trabalho com a casa e o cuidado com os filhos. Muitas defendem a igualdade de gênero, mas a representação dominante é a do companheiro que com elas enfrentam as adversidades

Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres.

da vida e a luta pelo sonho da terra. É a prevalência do afeto convivendo com a consciência das desigualdades de gênero.

Ou seja, não encontramos, na narrativa das entrevistadas, a visão de homem e mulher pertencendo a campos antagonistas. Uma visão, segundo Michele Perrot, em parte inspirada na visão de classe contra classe, em parte inspirada na ideia de bem e mal absolutos. (Perrot, 1988)

Neste artigo, busco refletir sobre o entrelaçamento de afetos e consciência das desigualdades de gênero das assentadas dos grupos produtivos de mulheres por nós entrevistadas. Parto do suposto de que a vivência de lutas pela terra e por direitos dessas mulheres e de seus maridos; a importância da família como unidade de produção e esteio nas dificuldades e ainda o fato de os dois se conhecerem e se reconhecerem como pessoas cujas vidas são marcadas pela luta pela sobrevivência termina por conformar uma postura orientada pelo convencimento e pela negociação diante das pressões e proibições de seus maridos e na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. As tensões e os conflitos de gênero raramente são exacerbados.

Procuró me debruçar sobre esse universo tendo em mente a multiplicidade de fatores e a dimensão relacional dos processos sociais, dentre os quais se destacam a presença de relações patriarcais e a internalização de determinados habitus que naturalizam as desigualdades existentes entre homens e mulheres; as especificidades da família camponesa e a prevalência de laços afetivos entre seus membros; o princípio da solidariedade como organizadora de práticas ligadas às lutas por terra e a vida nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária; a percepção de que todos, homens e mulheres, fazem parte de um mesmo lugar social, marcado por dificuldades e pela exclusão, e que, por essa razão, é fundamental “estarem juntos” e permanecerem unidos.

Assim, procuró tratar o gênero como uma relação social mais ampla e não restrito às relações interpessoais, como avalia Maria Betânia Ávila, ao comentar a problemática desse artigo.

Essas mulheres, lideranças comunitárias, vivem um universo informado e conformado pela solidariedade (o dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária, das lutas por terra e por direitos e das políticas públicas marcadas pela ideologia da inclusão social), apesar das tensões sociais, dos conflitos e das disputas existentes. Ou seja, são mulheres que pertencem a um grupo social no qual temas como união, amizade, companheirismo e “companheirada” são recorrentemente evocados como condição de acesso aos direitos. Uma situação que em grande medida também redesenha as tensões existentes e orienta posturas voltadas prioritariamente para o convencimento, a argumentação, face às proibições e pressões dos maridos.

Um mundo permeado por relações desiguais não apenas de gênero, mas de classe e de raça, dentre outras, que ao mesmo tempo é entremeadado por laços afetivos, pela luta em comum e por sonhos partilhados que tanto podem amortecer como tensionar as desigualdades de gênero. É uma trama de relações que se reveste de intensa carga afetiva, ao mesmo tempo marcada pela assimetria de poderes. Entrevistadas que exercem autoridade sobre os filhos e no espaço político dos grupos produtivos e das associações dos assentamentos se submetem à autoridade dos maridos – por exemplo, proibições de sair e de viajar, cuidar do lar – ao mesmo tempo em que suas narrativas destacam o discurso do companheirismo, do acolhimento do outro.

Enfim, busco refletir, mesmo que de forma ainda insipiente, sobre o modo como essas mulheres por nós entrevistadas são percebidas, percebem-se e percebem o outro e o mundo à sua volta como expressão de um entrelaçamento de experiências e situações advindas de seu diversificado e complexo processo de socialização e de vida. E, nesse processo histórico, procuro entender o modo pelo qual a sociedade institui, constrói, representa (e questiona) o lugar da mulher e as relações de gênero.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley, em conversa informal, me forneceu importantes elementos às minhas indagações e sem saber me incentivou a sistematizar a experiência da pesquisa. Segundo elas:

Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres.

O discurso feminista foi construído em função de um ambiente urbano – que separa casa e trabalho – e operário – que separa produção e consumo e, sobretudo, patrão e marido. Numa família camponesa existem conflitos de gênero, e o patriarcalismo marca sua presença, mas esses conflitos se dão num contexto em que família e unidade de produção se confundem e em que a sobrevivência da família não passa pelo salário – relação capital/trabalho, na qual os polos capital e trabalho são distintos e opostos – mas dependem do esforço de todos os membros da família. A família é, assim, uma comunidade de interesses, cujos eixos são a divisão interna do trabalho, a dependência de todos os membros do esforço coletivo e a copropriedade presente e futura. Mas essa comunidade é internamente assimétrica no que se refere ao poder de decisão e organização. Esta assimetria é o foco dos conflitos entre marido e mulher e entre pais e filhos, ou melhor, seguindo a tendência moderna, tudo ‘junto e misturado’. Não dá para supor que a mulher veja o marido/chefe do estabelecimento simplesmente como o patrão (ela dorme com ele, ele é o pai dos seus filhos etc.).

Para Nazareth,

O grande desafio é entender como se manifestam esses conflitos nesse contexto, algo muito mais complicado do que simplesmente transpor o discurso feminista sem mediações. No Brasil, um dos grandes temas das lutas das mulheres é o reconhecimento de sua condição de agricultora. Ora, essa luta questiona o lugar da mulher dentro da família (sua autonomia relativa como coproprietária, trabalhadora e participe da organização familiar), mas também se projeta para fora da família ao exigir o reconhecimento público desse seu lugar.

Proibições, opressão e autoritarismo dos maridos compõem as desigualdades hierárquicas da estrutura social. Existem ainda outras tensões, disputas e desentendimentos, que não necessariamente se originaram nem em sua dinâmica, e desdobramentos que se inscrevem na desigualdade de gênero. Nossas entrevistadas vivem e convivem com

seus companheiros, maridos e filhos em meio a um universo de relações sociais hierarquizadas e desiguais, seja no trabalho, na política ou na vida. Portanto, à desigualdade de gênero vêm se somar outras, advindas da precariedade de condições e da quase exclusão com que esses homens e mulheres vivenciam suas vidas. Desigualdades que ora aprofundam, ora amenizam a própria desigualdade e as tensões advindas das relações de gênero.

Além disso, dificilmente encontramos, no relato das entrevistadas, uma relação marido e mulher completamente opressora e desigual em todas as suas faces e dimensões, afetiva, social, política ou de trabalho. As situações são as mais variadas. Em alguns momentos, os maridos incentivam as mulheres a estudar e lhes garantem seu tempo de escola, no entanto, reagem e dificultam sua participação nos grupos produtivos de mulheres. Em outras situações, colaboram nas tarefas da casa, mas não assumem nenhuma responsabilidade com os filhos. Ou até dividem a educação dos filhos, mas não dividem os demais afazeres domésticos. Alguns apoiam, admiram e respeitam a atuação de suas esposas nas associações dos assentamentos e nos grupos produtivos de mulheres, mas dentro de casa reproduzem um padrão de comportamento conservador. São patriarcas na relação com a mulher, a família e os filhos.

Essa maleabilidade e diversidade de comportamentos e de sentimentos em grande medida são definidoras das relações entre homens e mulheres por nós entrevistadas e em muito contribuem para que elas não os vejam como inimigos e adversários. A desigualdade econômica invariavelmente os une; a desigualdade na relação marido mulher os separa. Em algumas situações, a desigualdade de gênero contribui para desproteger as solidariedades familiares.

Nossas entrevistadas não são jovens, são mulheres com idade média acima de 40 anos. Como bem o disse Andrea Butto (2010), ao debater conosco o relatório final da pesquisa, elas já encerraram seu ciclo reprodutivo, os filhos estão criados e, apesar de continuarem profundamente ligadas à família, aos filhos, ao marido e ao trabalho no lote, chegou a hora de realizar seus sonhos. São pessoas movidas por sonhos e desejos, sempre em busca de “uma vida melhor”.

Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres.

‘Eu tô resgatando o meu sonho, que tá lá dentro do baú. Até agora foi um sonho. Mas poderá vir a ser realidade, não custa tentar. Se eu não tentar, eu vou ficar naquela história, ‘por que que eu não tentei?’ foi aí que eu vim pro acampamento.’ (RJ)

Apresentam uma elevada autoestima, reconhecem-se como lutadoras, gostam de sê-lo e não lastimam as intempéries da vida; possuem o desejo de viver novas experiências e conhecer outros lugares, nutrem o sonho da terra e de melhores condições para os filhos; são pessoas que “gostam de se envolver e participar”. Todas possuem uma rica e diversificada história de organização e de participação política. Seja nos sindicatos, seja nas associações comunitárias, seja ainda nos partidos políticos e grupos organizativos dos assentamentos.

São a favor do direito igualitário à terra para homens e mulheres, mas algumas preferem o direito partilhado, ou seja, o lote em nome do casal. Para as extrativistas da Associação de Rio Fábrica (PA), a terra pertence a elas e à comunidade. “Estamos aqui desde que nascemos. Nossos pais e avós são daqui. Estamos aqui desde que Deus é Deus”.

São mulheres que nasceram, foram criadas e viveram no campo, na “roça”, mas todas saíram de casa, residiram em vários lugares e trabalharam nas cidades. Ou seja, não são mulheres reduzidas ao universo da casa. São mulheres que, por força das suas condições de vida, de extrema pobreza, circularam, viveram experiências múltiplas e urbanas. Essas experiências de vida não são o único fator justificativo, mas podem ter alguma relação com o fato de elas estarem nos grupos produtivos, participarem de vários espaços de organização e de representação e terem alguma liderança, avalia Leonilde Medeiros (2010), durante o seminário sobre a pesquisa. Enfim, são pessoas que, pela sua posição na vida, assumem lugares que outras, na mesma condição, não assumiriam.

São lideranças que não acatam situações socialmente inferiorizantes, como a proibição de sair, e procuram conversar e convencer seus maridos da importância dos grupos. Muitas têm medo de falar em reunião, sobretudo porque se veem diante de um sistema de referências e relevâncias que não dominam e que não lhes é próprio, mas procuram superar o medo. São pessoas com vontades e subjetividades –

condições para a demanda por direitos.

‘[...] depois que eu comecei a participar da feira comecei a entender mais as pessoas. Até quando eu fazia feira, eu era uma simples agricultora. Hoje eu me acho que sou mais, né?’ (SC)

‘Eu era uma pessoa quieta, não tinha amizade com ninguém, não conhecia ninguém. E de repente acabou aquela pessoa que ficava isolada. Então, no meio do povo, eu me sinto mais... Como que eu vou dizer? Mais livre!’ (MS)

‘Eu tinha vergonha de conversar com as pessoas. Hoje não! Comecei a vir na reunião, foi indo, foi indo e já estou aqui na diretoria como sempre eu falo pra elas: se precisar de mim, entrar de novo, eu tô aí.’ (MS)

‘Porque lá atrás, eu não era nada pra mim.’ (MS)

‘eu era uma mulher mais reservada, mais presa. Eu não conseguia nem falar. Hoje sou liberta. Falo até mais do que devia. Nem parece que eu era tímida.’ (PB)

Além de possibilidade de obter uma renda a mais, as entrevistadas concebem o artesanato como algo extremamente gratificante e como espaço da criatividade. Como diria Medeiros, “elas estão produzindo mercadorias, mas é uma forma de produção na qual elas se reconhecem no que elas produzem. E é uma gratificação muito grande, esse reconhecimento”.

‘Aprendi por inteligência mesmo, um dia fui buscar uma macaxeira e vi um toco, quando eu olhei pra aquele toco, eu vi ele cheio de flores. Eu trouxe pra casa e pintei do jeito que eu vi na minha visão.’ (PB)

A decisão de participar de um grupo produtivo de mulheres se deveu a um conjunto de razões e necessita ser pensada no contexto das experiências das entrevistadas. Dentre as razões, destacam-se, em primeiro lugar, a busca por uma renda extra e a possibilidade de “ter um

Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres.

dinheiro só seu”. Em segundo, a possibilidade de reconhecimento social e a visão do grupo como espaço de socialização, de criatividade e de autoestima.

‘É ótimo, sobretudo para quem passou a vida inteira no cabo da enxada ou fazendo cozinha de madame.’ (RJ)

Prevalece, na narrativa das entrevistadas, a importância da “união” entre marido e esposa; o gostar um do outro e o sentimento de ajuda mútua nas dificuldades. “Como casou com pobre, tem que unir!”, diz uma das entrevistadas. Quase todas ressaltam a união da família – marido, filhos e pais –, quer no trabalho, quer nas atividades do dia a dia, quer na luta pelo fortalecimento dos assentamentos de reforma agrária. Além disso, merece ser registrada, por ser marcante, a ideia de complementaridade no trabalho com a terra, entre marido e mulher.

‘A gente vai pra roça junto, semeia a terra junto, a gente se planta junto.’ (MS)

‘Ele cava o buraco e eu planto. Os dois juntos. Ele vai cavando, eu vou plantando. Eu cuido do cavalo, ele cuida das árvores. A gente se completa.’ (RJ)

‘Ele vai pras cabras e eu vou pras vacas. Ele tá agarrado na mangueira, eu tô tirando matinho e assim a gente se divide e se une.’ (RJ)

‘Eu entijolo, eu emboço, eu boto piso, revestimento; isso tudo eu faço com ele na construção de casas para os assentados.’ (RJ)

Outras falam sobre a “ajuda” do marido com as tarefas de casa, mas apenas nas situações de “precisão” e dizem que mesmo quando o marido se recusa a lhes ajudar, ele não sai de perto dela. Não ficar sozinha durante o trabalho com a casa, saber que o marido “está perto”, mesmo sem nada fazer, é algo muito valorizado pelas entrevistadas:

‘A gente sempre foi muito unido. A gente sempre trabalhou meio que junto, ele me ajuda a tirar leite, se precisar fazer o café, ele faz, se precisar lavar a louça, ele lava, se precisar dar uma varrida na casa, ele dá. Mas, por exemplo, ele não me ajuda a fazer bolo, mas fica sempre ali. Ele me xinga, ele me critica, mas não sai daqui de perto de mim.’ (SC)

‘Ele está sempre ali, perto de mim [...] Só não gosta de ajudar.’ (RJ)

Predomina entre as entrevistadas a visão do trabalho em casa como entediante, rotineiro e solitário:

‘[...] Todo dia é aquela mesma mesmice. Lava louça, faz comida, limpa a casa, limpa o barraco, entendeu?’ (RJ)

‘Faço as minhas coisas, lavo, passo, arrumo, cozinho sozinha, sozinha, sozinha.’ (RJ)

Mesmo sem perceber, elas se reconhecem vivendo uma situação semelhante à dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária, seja na participação em reuniões, seja na defesa do assentamento como experiência viável, seja na busca por crédito e por recursos. Por essa razão, quando indagadas sobre o que desejam para o futuro, grande parte das entrevistadas ressalta a necessidade de políticas públicas para o assentamento, como água, luz ou a presença de um médico com “capacidade de coisar aquele ferimento” (RJ). Ou então estradas, remédios e crédito para todos.

São situações que convivem com disputas e tensões e que não necessariamente apagam a desigualdade entre os papéis sociais advindos das relações de gênero, mas que contribuem para tornar rica, complexa, contraditória e ambivalente as relações de gênero.

Tais experiências são enriquecedoras e reforçam as sociabilidades e a união. O sentimento de pertencimento é forte. Vivenciam situações de companheirismo, de carinho e de estar juntos. Ora é uma das entrevistadas que “juntamente com o marido batalhou para conseguir aposentadoria” (RJ), ora é outra “e o companheiro que juntos dão palestras sobre questões ambientais” (RJ). Ou então é o casal que “fica

Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres.

unido para não ser esquecido” (PA). Mais adiante, é o casal que se une para ajudar o filho na dificuldade:

‘Lá em casa é assim: um ajuda o outro, se um recebeu e o outro não tem. Às vezes, o filho tá desempregado, a gente cobre. É conta de luz, é um imposto que, às vezes, sempre tá atrasado. E aí precisa gasolina quem tem – ou eu, ou meu marido – qualquer um, sempre ajuda. E aí vai o dinheiro todo.’ (RJ)

Além disso, os grupos produtivos fazem parte da realidade dos assentamentos de reforma agrária. Eles também nasceram sob o signo da precariedade e da “luta por melhores condições”: a maioria não dispõe de sede própria, não existe grupo produtivo legalizado, as condições de comercialização são problemáticas, é grande a dificuldade de locomoção e de obtenção de um selo de qualidade para os produtos, inexistente uma cozinha padrão etc.

Tais dificuldades, estruturantes, as aproximam das demais pessoas dos assentamentos – muito embora existam tensões e disputas –, contribuindo para moldar um determinado comportamento característico de grupos sociais desfavorecidos: buscar o acesso às políticas públicas (créditos e recursos, cursos de formação e de qualificação) na expectativa de melhoria das condições de vida. “Acreditamos que alguma coisa pode acontecer” (RJ), diz uma das entrevistadas. “Tudo que é gratuito, a gente aproveita”, argumenta outra assentada, do mesmo grupo.

Victor Novicki tem razão ao afirmar que os assentamentos rurais constituem um “espaço privilegiado para a materialização da ‘utopia camponesa’: uma tentativa de, em novos tempos, edificar a comunidade pela base, fortalecendo nela a perspectiva de um trabalho coletivo com laços de solidariedade, união e fraternidade” (Novicki, 1995:1).

A criação dos filhos tanto pode ser vista como uma tarefa de fundamental importância, que não deve ser delegada a ninguém, pois compete à mãe orientá-los, ensiná-los a trabalhar “pra não virar vagabundo”, como pode ser considerada “um peso”, “uma cruz”, “uma obrigação”. Cuidar dos filhos é considerado parte de uma “instrução

antiga, dos nossos pais, bisavó, avó” (RJ). Entretanto, há uma tensão que se coloca e se recoloca a cada momento.

‘Eu já cumpri com a minha obrigação com os meus filhos. Já eduquei, dei estudo, casei. Olha a minha cruz: tô livre. Agora tenho que correr atrás do meu sonho, do meu ideal, então é aonde que eu vou, eu vou partir pra essa luta.’ (RJ)

O cuidado com os filhos é considerado inevitavelmente feminino. Uma atividade que condiciona a participação política das mulheres, limita suas viagens de trabalho, suas reuniões e a sua participação nas feiras e exposições. Além disso, em Rio Fábrica (PA), as entrevistadas se veem “dependentes dos atravessadores (o marreteiro)”, por não poderem ficar “muito tempo longe de casa e dos filhos” (PA).

A responsabilidade com os filhos muitas vezes implica em “viver longe do marido”, e residir na cidade com os filhos para que estes possam continuar os estudos, enquanto o marido permanece no campo, trabalhando.

Filhos “são um fardo” e, ao mesmo tempo, “motivo de orgulho”, sobretudo quando conseguem estudar, fazer faculdade, arranjar um bom emprego ou casar e ter filhos. E o sonho de “juntar” os filhos novamente permanece vida afora.

O papel de mulher-guardiã-dos-filhos faz parte de um habitus profundamente enraizado: “guardar” os seus, “guardar” os filhos da amiga quando esta adoece ou necessita viajar por um motivo qualquer. “Guardar” os sobrinhos porque a mãe faleceu, e o pai das crianças “não tinha condições de criar as crianças sem a mulher” (RJ).

A maioria começou a trabalhar muito cedo, geralmente com o pai, na lavoura. “Eu chegava da escola e já ia pro campo trabalhar com o meu pai. O presente que eu recebi quando eu fiz oito anos foi uma enxadinha, pequenininha” (RJ), diz uma das entrevistadas. E quase todas relatam a sobrecarga de trabalho, seja para ajudar a família ou o marido:

‘Às vezes eu brinco dizendo que eu precisava ser três: uma para trabalhar, uma para ir a reuniões, uma para ficar em casa.’ (SC)

Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres.

‘Era todos um ajudando o outro, um penteando o cabelo do outro, toda essa coisa assim unida, porque mãe na roça que tem muito filho, ela distribui tarefa, porque senão ela não dá conta de tanta coisa, né?’ (RJ)

‘Quando eu vinha da escola, era só mesmo o bagaço, já tinha camarão pra fritar, depois cuidava de filho. E de manhã era tudo de novo, era fazer a farinha, até bater folha de malva eu bati.’ (PA)

‘De tudo eu sei fazer um pouco, sempre me dividindo entre a casa e o trabalho na roça com o marido, igual homem.’ (RJ)

Muitas concebem o trabalho como uma ajuda e não se percebem como agricultoras – nem a sociedade as percebe assim. Outras falam do trabalho no campo como um saber fazer e se orgulham de conhecer as lides da agricultura. Algumas se assumem como agricultoras e trabalhadoras do campo:

‘Hoje eu tenho o maior orgulho de dizer que eu sou agricultora e artesã; que eu estou querendo viver só da minha roça e do meu artesanato!’ (RJ)

Entretanto, considerar ou não o trabalho como uma ajuda depende fundamentalmente do perfil da atividade exercida. Enquanto nos assentamentos Celso Daniel (RJ) e Liberdade (PB) predominam a visão de ajuda, nos assentamentos Santa Lúcia (MS) e Ilha de Santana (PA), dedicados ao extrativismo, à pesca e à pequena produção agroindustrial, as entrevistadas consideram suas atividades como trabalho. No MS, a renda da mulher corresponde a mais de 70% dos rendimentos familiares.

O trabalho como empregada doméstica faz parte de suas vidas. Primeiramente, ainda adolescentes, “cuidando da casa do patrão” nas fazendas onde seus pais trabalhavam. Posteriormente, no momento em que saem da casa dos pais em busca de uma vida melhor. Mais adiante, quando casadas, para ajudar o marido ou para ter “dinheiro próprio”.

Todas, sem exceção, sentem-se desqualificadas no trabalho como doméstica:

‘Trabalhei nas casas da fazenda, sendo responsável pela limpeza e pela alimentação dos empregados.’ (MS)

‘Às vezes que a renda é pouca, eu tenho que ir passar roupa.’ (RJ)

Os sentidos atribuídos às questões de gênero são diversificados e muitas vezes contraditórios, e se entremeiam à concepção que elas têm de si como mulheres e como veem o outro. Nessa perspectiva, a valorização do “trabalho no lar” convive com a admiração daquelas mulheres que tiveram a coragem de “largar os afazeres da casa para poder continuar a luta” (RJ). São contra a postura de mando dos homens ao mesmo tempo em que dizem: “os maridos participa do grupo produtivo, mas quem manda é nós” (RJ). Entretanto, sentem-se orgulhosas porque cada vez mais as mulheres estão conseguindo voar:

‘[...] para os homens era melhor se a mulher ficasse na casa dela, fazendo as coisas da casa e só! Eles tinham domínio total, né? Era bem melhor do jeito que tava pra eles, né? Ele dominava! Agora não, agora nós temos voz ativa.’ (RJ)

Várias afirmaram conhecer a Lei Maria da Penha. “Na comunidade, todo mundo sabe que agora se bater em mulher o homem vai para a cadeia” (PA), diz uma das entrevistadas. Algumas participaram do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural. E uma das entrevistadas do Grupo Produtivo Liberdade (PB) nos informou que participou de um grupo de mulheres voltado prioritariamente para o debate sobre autoestima, mas saiu por sentir-se desestimulada devido à “falta de regularidade” e à “ausência de resultados”:

Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres.

‘Eu participava de um grupo de mulheres aqui no assentamento. Mas é um pouquinho meio parado, elas começam a fazer as coisas, mas param. Se reúnem mais pra discutir os problemas da autoestima. Eu saí do grupo porque não tinha resultado. E hoje tudo que a gente vive tem que ter um resultado. Aí eu me abusei e saí.’ (PB)

Portanto, nossas entrevistadas não podem ser representadas somente como mães e donas-de-casa. São mulheres trabalhadoras, lideranças políticas e populares e cada vez mais participam, como mulheres, de movimentos sociais ligados a questões de gênero. E várias estiveram presentes na Marcha das Margaridas. São mulheres com uma rica história de participação social e política. Têm presença ativa nas associações e cooperativas dos assentamentos de reforma agrária e algumas disputaram e ganharam a direção das associações. Muitas são filiadas aos sindicatos dos trabalhadores rurais e reconhecem no sindicato um canal importante para o acesso a alguns direitos sociais e à garantia da documentação para obter salário-maternidade, entre outros aspectos:

‘Logo que eu casei, que começou os movimentos sociais, ali em 84, da mulher se associar no sindicato, e eu comecei a participar das reuniões. Antes, só o homem era sócio do sindicato. E as mulheres começaram a entrar e ali que comecei a ter mais clareza, né?’ (SC)

Uma delas é da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Outras são militantes de partidos políticos e uma delas é vereadora pelo PTB. Muitas participam como voluntárias dos inúmeros grupos que se constituem no interior dos assentamentos (grupo de alfabetização, o grupinho de defesa civil, o grupinho de ecologia, grupo das oleaginosas, grupo de pescadores). Várias participaram do Grito da Terra. Outras são da igreja evangélica.

A reação contrária dos maridos à participação das esposas nos grupos produtivos de mulheres é maior nos momentos iniciais de constituição desses grupos porque prevalece a desconfiança e o

desconhecimento sobre a natureza da atividade e como irá repercutir no dia a dia da família. Entretanto, com o passar do tempo tal situação tende a mudar e a aceitação aumenta devido, sobretudo, a três aspectos: a insistência das mulheres sobre a importância da participação; a solidariedade dos maridos diante das dificuldades e a possibilidade de retorno financeiro e obtenção de recursos extra. “Hoje ainda é difícil, mas já está melhor porque temos um dinheiro que entra.” (PA). Outros aceitam por ser um trabalho socialmente legitimado, que faz parte de uma política pública.

Entretanto, em algumas situações, nem mesmo o argumento de uma renda a mais consegue demover o marido. Em alguns momentos, o fato de a mulher “ganhar mais que o marido” tanto pode significar um motivo a mais de tensão entre os dois como de aceitação à participação da mulher no grupo produtivo:

‘Uns não quer porque as mulheres ganham mais dinheiro do que eles. Tem marido que não ganha um real e tem raiva por causa disso. O meu dá graças a deus quando eu ponho dinheiro em casa.’ (PB)

Proibições de sair de casa por parte de maridos e companheiros é uma prática histórica e se inscreve em um universo maior do que os grupos produtivos ou a realidade dos assentamentos de reforma agrária e das populações menos favorecidas. É expressivo o número de mulheres entrevistadas que viveram e ainda convivem com a pressão, quer explícita, quer velada, de seus maridos. Também são expressivas, nos relatos das entrevistadas, informações sobre assentadas que não participam nem aderem aos grupos produtivos devido à proibição dos maridos.

De um modo geral, quem abriu mão do trabalho e da profissão para “seguir” ou “ficar perto” do marido é mais sensível à pressão para não participar dos grupos produtivos e tende a acatar a todas as decisões masculinas.

A pressão dos maridos quase nunca é aberta e explícita. Ele se vale de inúmeros expedientes. Quase sempre ele diz que a apoia, mas “fica triste” quando a mulher sai de casa, está “desgostoso” ou não gosta de ficar sozinho.

Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres.

‘Eu sei que não gosta muito, não. Agora, tá acostumando já. [...] Ele gostava mesmo que se eu tivesse em casa, ajudando sempre.’ (MS)

‘Ele nem pode achar ruim, mas brabo ele fica, né? Mas não chega, assim, a brigar. O dia que eu trabalho aqui, ele fica triste. A gente percebe.’ (MS)

As mulheres, por sua vez, recorrem a vários argumentos para contornar a situação e as pressões. Uma delas fala “que é só um dia na semana inteirinha” (MS). Outra procura convencê-lo e diz que ele logo vai se acostumar. Acostumou-se sim a não criar obstáculos, diz:

‘Quando eu comecei a participar, eu quase me separei. Chegou ao ponto de ele dizer ‘ou eu ou o artesanato?’. Eu prefiro o artesanato. Porque você eu não sei se é pra sempre, o artesanato é. [...] Ele não queria que eu fosse uma mulher independente. Ele só queria que eu ficasse ali em casa. Ele se acostumou a não criar obstáculos, mas quando preciso me ausentar, levo os filhos comigo.’ (PB)

Já a representação das entrevistadas sobre o que significa ser homem tende a exacerbar quer os traços considerados positivos, quer os negativos. Nessa perspectiva, deparamo-nos com o marido-bênção, o companheiro, o controlador e o imaturo ou inseguro. De um modo geral, na narrativa das mulheres, a representação sobre os seus maridos é uma combinação de rigidez e bondade, afeto e proibições.

O homem provedor é a representação dominante (e socialmente hegemônica). É a direção e o mando. É “a cabeça da casa”, “aquele que tem que assumir a família”. Para ele, “as portas se abrem mais rápido”. É o guardião dos valores patriarcais que reproduz o ideal de mulher dona-de-casa, cuidadora da prole, esteio da família.

O controlador, ao mesmo tempo em que limita a liberdade da mulher, tem como função proteger a família. Ele é o garantidor da coesão social.

‘É mandar na casa e ter mais luta.’ (PA)

Ainda sobre o autoritarismo, vemos a representação de um pai autoritário, protetor, que transmite o amor à terra, que é ternura e garante a sobrevivência da família. “Meu pai foi uma pessoa que me ensinou muito da roça. Eu ficava encantada, envolvida”. No acampamento, “passei pro meu marido, eu passei pros filhos o que eu aprendi no passado, na minha infância e adolescência. Ele adora” (RJ). Temos também o pai carrasco que proibia a filha de frequentar a escola apenas pelo fato de ser mulher e para não escrever carta para os homens. Diz ela:

‘O meu pai era um piauiense muito carrasco. Para ele, mulher não poderia estudar porque era só para escrever carta para homem. Quando eu era pequena, chorava quando via os meus primos indo para a escola e o meu pai não deixava e dizia que tem que trabalhar.’ (MS)

Como diria Wanderley (2006:10),

Quando se trata de agricultores, mais especificamente, de agricultores camponeses, as famílias rurais se constituem, também, como uma unidade de produção. Isto significa que, além das relações pais-filhos-irmãos-outros parentes, que se reproduzem, de uma forma ou de outra, em todas as famílias, o pai assume o papel de chefe do estabelecimento produtivo, responsável pela direção das atividades de todos os demais membros da família e pela constituição e permanência do patrimônio familiar. Trata-se de uma particular relação de solidariedade, mas, ao mesmo tempo, de subordinação aos objetivos familiares comuns e à autoridade paterna.

O marido-benção é aquele que assume as tarefas do lar, mesmo que seja eventualmente ou uma vez por semana.

‘Marido igual aquele, ninguém tem, eu acho. É difícil. Ele é uma benção. Ele faz tudo pra mim. Não tô em casa, ele faz almoço, lava a louça; se precisar lavar a roupa, ele lava; ele bota a roupa

Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres.

no varal pra mim quando eu tô lavando a roupa, ele divide comigo; ele me ajuda em tudo.’ (RJ)

‘[...] Uma vez só por semana, ele cuida do filho, ele cuida das galinhas, cuida dos cabritos, cuida dos cavalos, cuida roça, cuida da horta e cuida da casa. É de tudo, é de tudo. Pode ir lá, você vai chegar lá, você vai encontrar a minha cozinha limpinha.’ (RJ)

A visão das entrevistadas sobre a mulher retrata a diversidade e a complexidade de situações, de comportamentos e de desejos. Expressa também um tempo de mudança acerca do papel da mulher hoje e a incompletude dessas mudanças. Reflete ainda impasses e questionamentos. São concepções que, embora diferenciadas, complementam-se. Dificilmente encontramos um só olhar e uma única representação sobre o que significa ser homem e ser mulher. Em quase todas as narrativas, a mãe e dona do lar convive com a mulher lutadora. Muitas ressaltam a necessidade de a mulher conhecer mais os seus direitos para “poder mudar a vida” e quase todas falam sobre “correr atrás dos sonhos”.

A mulher-guerreira é aquela com capacidade de agregar e de reunir as demais; que consegue ultrapassar barreiras, ser forte, correr atrás, lutar e mudar o mundo.

‘Você chegava no acampamento, você via dois, três, bendito ao fruto. A maioria era mulher. Mulher parece que tem aquele espírito guerreiro mesmo. Olha a força da mulher! Eu falo: ‘gente, a nossa força é muito grande. Vocês nem sabe que se a gente se unir, a gente pode mudar esse mundo.’ (RJ)

‘Significa lutar, correr atrás e procurar transpor barreiras.’ (RJ)

‘Ser mulher é ter força para recomeçar e lutar, porque mulher é lutadora, é guerreira.’ (PA)

Ser mulher guerreira também significa responsabilidade com a criação dos filhos, com a família. É saber se comportar e semear a bondade, o amor. É vontade de vencer.

‘É ser guerreira. É ter uma responsabilidade muito grande. É muito bom, mas traz uma grande preocupação com filho, com marido, com casa. É maior do que a do marido que tem que só colocar as coisas dentro de casa.’ (PB)

‘Ser mulher é ser guerreira. É carregar a família nos ombros.’ (SC)

‘Ser mulher é crescer, se desenvolver e abraçar este mundo que deus deixou pra gente, maravilhoso. É saber se comportar junto à sociedade. Ser mulher é semear a bondade, o amor, que nós sentimos um pelo outro. É a vontade de vencer. E hoje eu sou essa mulher, guerreira que eu sou.’ (RJ)

A mãe-esposa é a representação dominante. A maioria ressalta a imensa importância na criação e no cuidado com os filhos e defende que compete à mulher a educação dos filhos, portanto, é uma tarefa que não “deveria ser delegada a ninguém” (RJ). Além disso, é marcante a preocupação em ensiná-los a trabalhar para “não virar vagabundo”. Ainda nessa perspectiva, ser mulher é “ser uma boa dona-de-casa e uma boa esposa” (MS).

‘Mulher é mãe, é força. A gente, mulher, a gente casa, engravida, tem os filhos. Quando você é mãe e seus filhos são carinhosos com você, é muito bom. Gosto muito do meu esposo, ele me respeita também. Tem as desavenças, mas é normal.’ (PA)

‘Ser mulher é ser mãe, é saber que temos a vida em nossas mãos e somos nós a cuidar delas.’ (RJ)

‘[...] Basta dizer que desde quando a gente engravida a gente fica feliz da vida por ser mulher, porque é uma semente que deus coloca na gente, e é um dom de deus. Então ser mulher para mim é tudo. É uma coisa que só deus pode explicar.’ (PA)

Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres.

Encontramos também junto às entrevistadas a dificuldade que representa a criação dos filhos:

‘Ser mulher é bom porque a gente sabe coisas boas e coisas ruins. A coisa ruim é ter filho pra criar, não é fácil não.’ (PB)

Também é frequente a fala da independência e da autonomia da mulher. “Hoje em dia, não tem isso de ficar dependendo de homem. Então, a gente gosta da independência (RJ)”, diz uma das entrevistadas, para quem independência pode significar trabalhar de faxineira e ter seu próprio dinheiro.

‘Muitas mulheres aqui fazem isso (faxina fora) porque você não quer pedir ao marido uma bijuteria, você quer comprar uma sandália nova, uma roupa. Eu sou muito assim, eu sempre fui muito independente, em matéria de ter o meu dinheiro.’ (RJ)

A “força” da mulher é outro traço recorrentemente usado para caracterizar o que significa ser mulher hoje. No grupo produtivo Liberdade, a mulher forte é aquela que “encarou sair de casa para trabalhar fora do lote” (PB). Ser forte é ter seu grupo, é ser livre, é ser aquela mulher que não mais vive “no canto”, é conquistar um espaço seu.

‘A mulher tem que ser forte e ter o grupo dela, tem que ter um movimento. Porque, eu acho assim, que a gente devemos ser livre como um passarinho. Devemos ter nossa atividade que a gente possamos ajudar até dentro de casa com alguma atividade.’ (PA)

‘A mulher está tomando o espaço e tem que tomar o espaço dela. A mulher não tem que ser aquela mulher que vivia lá no canto como antigamente, tu vai cozinhar, tu vai lavar roupa. A mulher deve ter o espaço dela dentro da comunidade, dentro do assentamento.’ (PA)

Outros traços definidores da condição de mulher é a facilidade de participação e de mobilização em nome do fortalecimento da comunidade e do grupo.

‘A participação das mulheres é ótima, elas participam mesmo. É só chamar que elas vêm, elas não temem. Trazem filho, vêm com bebezinho e tudo.’ (RJ)

‘Se disser, olha é para o bem da comunidade, é pro bem do grupo, elas vêm mesmo. Elas não medem consequência, elas vêm. Elas vêm com carinho, e vem mesmo.’ (RJ)

‘Mulher é mais fácil assim, aonde a gente vai a gente briga pelas coisas.’ (PA)

Também é marcada a concepção de mulher como sinônimo de mais humanidade e de maior compreensão. Daí decorreria a ideia de completude da mulher. Completude significando “o esteio em todos os sentidos”, seja no apoio ao marido e aos outros, seja no trabalho, seja porque é ela quem cuida da família e dos filhos, seja ainda porque trabalha para fora e “está ali firme e forte”.

E em meio à visão sobre a mulher como expressão de força e desejo de liberdade vemos que é grande a preocupação com a insegurança, o medo e a timidez das mulheres:

‘Tem ainda mulheres tímidas porque ela não se sente segura, ela se sente ainda presa. Às vezes, elas não sabem nem se comunicar com as pessoas, porque ela não tem a noção do que é um grupo. Ela sempre fica no canto para não falar nada e quando dizemos: fulana, fala, ela diz não, não quero falar. Mas na verdade ela tem muito o que falar dentro dela e ela tem medo, medo de errar.’ (PA)

E, com a definição sobre ser homem e ser mulher, coloca-se a questão do poder entre os dois. Se, de um lado, temos a reafirmação do poder do homem, encontramos também, ainda que em menor proporção, a visão de que o homem se considera mais poderoso, mas de fato não o é:

Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres.

‘Se eu fosse homem, eu mudava um pouco as coisas que eu vejo. Porque o homem não deve passar na frente de quem não deve. É um ponto de vista, que eu vejo do homem. Eles acham que têm mais poder do que as mulher, né? Mas é claro que não têm.’ (PA)

Outra representação de si traz para o debate a questão da discriminação da mulher perante a sociedade. “Ser mulher é bom, mas significa experimentar a discriminação”, diz uma das entrevistadas. Outra entrevistada diz: “A mulher é tão discriminada que mesmo a sociedade colocando a mulher em foco, mesmo a mulher subindo no conceito da sociedade, ainda é o homem que consegue o emprego mais rápido” (RJ). Por essa razão, ela “gostaria de ter nascido homem”.

Amiúde a autodefinição sobre o que significa ser mulher transforma-se em reivindicação pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e também o alerta para o exercício do direito sem abusos: “A mulher tem que ter os mesmos direitos porque sempre trabalhou igual ao homem. Tem que saber dividir seu espaço, porém não pode abusar também” (RJ). E, com a questão dos direitos encontramos como um dos desdobramentos, a representação de homens e mulheres como pessoas merecedoras de “uma vida mais tranquila” (MS). Ser mulher também significa viver em conflito por causa da falta de liberdade.

‘Ser mulher é um conflito muito pesado, porque desde que eu nasci só encontrei pesadelo na minha vida. De luta, de cansaço. Se eu fosse um homem, eu não estaria aqui. Eu estaria dirigindo uma carreta pelo meio de mundo e cortando as estradas do brasil inteiro. Só tô aqui porque sou mulher e porque minha mãe não me deu liberdade.’ (PB)

‘Ser mulher é ser livre. É ser dona de si. Eu acho que a mulher tem que ser dona de si. Tem que ter autocontrole próprio, identidade própria.’ (PB)

E, de um modo geral, a ideia de que a mulher deve acompanhar o marido é vista como imposição.

‘Como meu marido veio pra terra, ele não aceitou que eu ficasse lá. Tenho um filho lá e vir fim de semana. Mas ele achou que não – ‘ah, tem que ficar perto do marido’. Então, larguei tudo, abri mão da cooperativa, corta o coração de ver as máquinas.’ (RJ)

‘Saí com pena de lá, eles também ficaram com muita pena. Mas a gente tem que acompanhar é o marido...’ (PB)

Para finalizar, gostaria de mais uma vez chamar atenção para um aspecto que considero importante, as relações sociais e também as relações entre homens e mulheres, de onde quer que sejam vistas, são historicamente moldadas pela estrutura específica de uma rede de relações humanas. Como diria Norbert Elias, em seu livro *A Sociedade dos Indivíduos*, “ideias, convicções, afetos, necessidades, traços de caráter, produzem-se no indivíduo mediante interação com os outros, como coisas que compõem o seu ‘eu’ mais pessoal e nas quais se expressa, justamente por essa razão, a rede de relações de que ele emergiu e na qual penetra” (Elias, 1994:36). Dessa perspectiva, todas nós, pessoas, somos parte desse processo, somos igualmente responsáveis pelas desigualdades existentes.

Bibliografia

- ÁVILA, Maria B. de M. 2009. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Recife: Editora Universitária, UFPE.
- BOURDIEU, Pierre. 1990. La domination masculine. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris. Vol. 84.
- BRUNO, Regina et al. 2011. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres do meio rural*. Brasília: MDA.

Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres.

- CAILLÉ, Alain. 2008. Reconhecimento e Sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* RBSC. São Paulo, vol. 23, n.66. (www.scielo.br/pdf/abcsoc/v23n66/10.pdf).
- CARNEIRO, Maria J. 2001. Herança e Gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, ano 9.
- ELIAS, Norbert. 1994. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar.
- LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde (et al.). 2004. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília. IICA/NEAD. São Paulo: Editora UNESP (coeditora e distribuidora).
- NOVICKI, Victor. 1995. Recuperando o indivíduo no movimento dos sem terra: o caso fluminense (1983-1987). *Estudos Sociedade e Agricultura*, 5, novembro, p. 58-72.
- PERROT, Michelle. 1998. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- WANDERLEY, Maria de N B. 2006. *Juventude rural. Vida no campo e projetos para o futuro*. Recife. (mimeo).

Recebido em julho de 2012

Aprovado para publicação em setembro de 2012